



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E SUA INCOMPATIBILIDADE COM O ENSINO À DISTÂNCIA

Angely Dias da Cunha¹

Resumo: O presente artigo resultado de pesquisa documental e bibliográfica de cunho qualitativo, tem o objetivo de analisar e problematizar sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e sua incompatibilidade com o Ensino à Distância, a partir do método crítico-dialético e suas categorias heurística. Sendo assim, elenca-se como problemática e discussão o processo de mercantilização e aligeiramento da educação superior enquanto um projeto de dominação do projeto privatista burguês. Na contracorrente, tem-se no interior do serviço social a construção do projeto ético-político numa perspectiva crítica e emancipatória, a qual é materializada pelas as Diretrizes curriculares da ABEPSS. Portanto, enquanto resultados aponta-se a incompatibilidade entre o direcionamento crítico da profissão e o ensino à distância, o qual tem como fundamento a lógica mercantilista e financeira do capital.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Serviço Social. Ensino à Distância.

Abstract: The present article, the result of a qualitative documentary and bibliographical research, has the objective of analyzing and problematizing the ABEPSS Curriculum Guidelines of 1996 and its incompatibility with Distance Learning, based on the critical-dialectical method and its heuristic categories. Thus, the process of commodification and alleviation of higher education as a project of domination of the bourgeois privatist project is analyzed as a problem and discussion. On the contrary, within the social service the construction of the ethical-political project in a critical and emancipatory perspective, materialized by the ABEPSS Curriculum Guidelines. Therefore, the results show the incompatibility between the critical direction of the profession and distance learning, which is based on the mercantilist and financial logic of capital.

Keywords: ABEPSS Curricular Guidelines. Social service. Distance learning.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de pesquisa documental e bibliográfica oriundo do mestrado acadêmico em serviço social. O objetivo é analisar e problematizar sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de serviço social da ABEPSS de 1996 e a incompatibilidade com o ensino à Distância. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, resultado de um amplo debate no Movimento de Reconceitualização na América Latina (MR)² e do Processo de Renovação no Brasil³ em suas diferentes vertentes, são parâmetros para a formação profissional enquanto

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <gelly.cunha@hotmail.com>.

² O MR se expressou basicamente, através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o Serviço Social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radical-democratas (NETTO, 2005).

³ A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação, e, enfim, espalha-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional – esta é a evolução que leva da ação quase que exclusiva do CBCISS ao debate nas escolas (principalmente nos cursos de pós-graduação) e, posteriormente, à conjunção desses dois espaços com aqueles de organizações

dimensões do projeto ético-político do Serviço Social que, por sua vez é resultado de um amplo movimento de crítica ao conservadorismo⁴ no interior da profissão.

É com o afloramento da luta pela abertura democrática que o movimento de intenção de ruptura encontra terreno fértil para ramifica-se com o pensamento crítico marxista aos “seguimentos profissionais ponderáveis”⁵ (NETTO, 2005, p. 248). Portanto, com a introdução do pensamento crítico marxista no Serviço Social emerge o debate acerca da materialidade histórica da profissão, do seu embricamento com a emergência do capitalismo na sua fase monopólica⁶, do seu compromisso com a classe trabalhadora e com a definitiva recusa as formas tradicionais/conservadora da profissão.

O segmento progressista e crítico põem em questão a ordem burguesa e a funcionalidade do Serviço Social a esta ordem, rompendo com a pseudoneutralidade política até então assumida pelos setores mais conservadores. É mediante essa tentativa de rompimento que o marxismo adentra a profissão e marca sua redefinição tanto teórico-metodológica como prático-filosófica⁷, possibilitando a profissão ampliar seu horizonte ideocultural para construção de um projeto profissional comprometido com um projeto de classe emancipatório centrado na — totalidade social, dialética e ontologia do ser social.

Neste sentido, assume-se o caráter político da profissão na defesa de um projeto de classe em disputa na sociedade – o projeto da classe trabalhadora, rompendo com os valores profissionais até então hegemônicos – assumindo outro projeto profissional e de classe pautado no pluralismo, na democracia, na igualdade social, na não exploração e discriminação de classe, raça, etnia e gênero, na emancipação humana como fim último.

A aproximação à teoria social crítica de raiz marxiana permitiu o avanço nos estudos sobre pesquisa/método⁸ e a apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na

estritamente profissionais. Neste processo, rebatem tanto o peso novo que vão adquirindo as agências de formação (postas a sua ampliação e a sua inserção acadêmica) quanto às implicações da organização da categoria (posto o mercado nacional de trabalho) [...]. (NETTO, 1996, p.153)

⁴ De acordo com Barroco (2009, p. 172), o conservadorismo é um pensamento social é a de se colocar como o principal alicerce do capitalismo, “contrário às ideias do Iluminismo, do liberalismo e do utilitarismo, [...] fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da autoridade baseada na hierarquia e na ordem; nega a razão, a democracia, a liberdade, a igualdade, a indústria, a tecnologia (...), nega todas as conquistas modernas”.

⁵ “[...] a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento” (NETTO, 2005, p. 249).

⁶ “O esclarecimento cuidadoso da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e sua localização na estrutura sócio-ocupacional e a compreensão histórica da sua funcionalidade no espaço de mediações entre classes e Estado redimensionam amplamente alcance e os limites da intervenção, bem como o estatuto das suas técnicas, objetos e objetivos” (NETTO, 2005, p.303).

⁷ Deve parte desse reconhecimento ao momento de expropiamento acadêmico com a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

⁸ Vale salientar, que antes da aproximação com o método marxista e suas categorias heurísticas (contradição; totalidade; historicidade e mediação), a professora Leila Lima Santos chegou a apresentar na Convenção da ABESS, em São Luís – MA, em 1971 uma proposta para a formação profissional baseada no método BH, cuja influência atingiu certos segmentos profissionais, particularmente aqueles mergulhados no positivismo. A preocupação dos seus formuladores em imprimir à profissão o caráter de um projeto alternativo ao tradicionalismo, não teve, do ponto de vista teórico-metodológico, o rigor necessário para aportar à profissão de um arcabouço que expressasse [...] ‘as mediações necessárias entre profissão e sociedade’, mas isso não retira sua importância para o fortalecimento da perspectiva crítica no Serviço Social (AMARAL E CÉSAR, 2008).

esfera da produção e reprodução da vida social, mais especificamente, na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2012). Com essa concepção a profissão é apreendida não mais como uma “vocação”, ou uma extensão da militância católica, direcionada à prática “caritativa”, mas como uma intervenção profissional que atua no âmbito de processos e relações de trabalho.

Desse modo, o processo de maturação intelectual que a profissão começa a vivenciar, munindo-se de referenciais teóricos-críticos, permitiu um intenso diálogo com fontes inspiradoras do conhecimento desdobrando-se num encontro de nova qualidade com a tradição marxista (YASBEK, 2009). É no berço dessas discussões e aproximação com a criticidade que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS são construídas a fim de materializar o direcionamento do projeto ético-político profissional.

2. A VERTENTE CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS 1996

Aproximação da profissão com a vertente crítica-dialética a partir do contato direto com as obras de Marx e demais autores fiéis ao seu pensamento – sobretudo ao seu método de análise – possibilitou mudanças significativas no âmbito profissional, não somente em relação aos referenciais teórico-metodológicos, quanto também ao próprio fazer prático-operativo profissional (SIMIONATO, 2009).

É no bojo da entrada das ideias neoliberais no Brasil que na contracorrente o Serviço Social firma seu projeto profissional articulado com a emancipação humana, esse por sua vez é fruto das reformulações do Currículo, em 1981, e do Código de Ética, em 1986, como momento de aprofundamento teórico em torno da ética e de afirmação da direção social tomada na Reconceituação (NETTO, 2005).

Sendo assim, as Diretrizes Curriculares, como um dos pilares do projeto ético político⁹, passam a ser entendidas como um conjunto de orientações que estabelecem a base comum para todos os cursos de Serviço Social no país, de forma que a partir dessas orientações as Instituições de Ensino possam elaborar o seu Currículo Pleno, pautado num projeto de formação profissional historicamente construído ao longo dos anos 1980 e 1990 pela ABEPSS (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Logo, a orientação de formação profissional expressos nessas diretrizes não se confunde com uma simples preparação para o emprego, muito menos para formar quadros

⁹ Esse projeto construído coletivamente apresenta a auto-imagem da profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza seus objetivos e funções, formula requisitos (teóricos, práticos, e institucionais) para seu exercício, prescreve normas para a conduta profissional e estabelece as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com outras organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2005).

profissionais. É um projeto profissional que articula ensino/pesquisa/extensão para apreensão das múltiplas determinações da realidade, que apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional (KOIKE, 2009).

Nesse processo, construiu-se um novo *ethos*, centrado no posicionamento da negação do conservadorismo e na afirmação da liberdade como princípio fundamental, este sendo reafirmado na vida cotidiana, na participação e política, no trabalho, no enfrentamento a novas necessidades, nas escolhas e posicionamentos de valor, na recusa de papéis tradicionais e na incorporação de novos referenciais ético-morais (BARROCO, 2009).

O projeto profissional avança nas suas bases teóricas e éticas e as Diretrizes Curriculares (1996) inovadoras contribuíram/contribuem para o direcionamento do processo de formação profissional e para construção de um *ethos* crítico sustentado em três núcleos de fundamentação (ABEPSS, 1996): O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o qual compreende um conjunto de fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos de modo a proporcionar ao estudante de Serviço Social a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, além de fornecer os elementos necessários e fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa e de seu movimento contraditório; O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, o qual compreende os fundamentos que levam à compreensão dessa sociedade, ressaltando as suas características históricas particulares que orienta a sua formação e desenvolvimento urbano e industrial, em suas diversidades regionais e locais. Tal núcleo destina-se ainda na análise do significado do Serviço Social e seu caráter contraditório, no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado; O núcleo de fundamentos do trabalho profissional o qual abrange todos os elementos constitutivos do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, abarcando: sua trajetória histórica, teórica, técnica e metodológica, os componentes políticos e éticos que englobam o exercício profissional, a pesquisa, o estágio supervisionado, o planejamento e a administração em Serviço Social.

Esses três núcleos representam na formação profissional à superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem que outrora caracterizava os fundamentos do Serviço Social, proporcionando uma formação alicerçada na perspectiva de totalidade, a qual não hierarquiza, classifica e nem autonomiza os núcleos, agregando, assim, “um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996).

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS define para a formação um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a

apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da apreensão das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e a identificação das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

Cabe destacar que as atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) expressam:

O amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora (ABEPSS, 2014, p. 5).

Seu desenvolvimento deveu-se aos debates provenientes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBA), realizado em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, na direção da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982¹⁰, nos quais se pensou o projeto de profissão, no que tange à formação profissional, construindo, assim, uma base concreta para o processo de consolidação das diretrizes de 1996.

O processo desencadeado na reforma curricular deve-se a atuação coletiva dos sujeitos envolvidos por meio de ampla mobilização profissional e estudantil, com realização de oficinas em âmbito local, regional e nacional, garantindo o pluralismo nos debates e transparência nas decisões. Entre 1994 e 1996, registram-se diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares, contabilizando 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

Ao discutir sobre a análise da implementação dessas diretrizes (1996) nos currículos nos cursos de Serviço Social, Boschetti (2004), enfatiza dois aspectos centrais: o primeiro refere-se às análises endógenas da profissão, haja vista os princípios, os fundamentos e a direção de formação que defendemos para o Serviço Social, contidos nessa proposta de Diretrizes. Essas vislumbram uma criticidade totalizante, todavia, em uma conjuntura de crise

¹⁰ O Código de Ética de 1986 e o Currículo de 1982 são influenciados pela construção teórica de Gramsci, marcados pela explicitação da direção social da formação e prática profissional e o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. A aproximação com a produção gramscianiana representa um grande avanço na intenção de ruptura, pois possibilita à categoria reavaliar sua retirada dos espaços institucionalizados, bem como potencializa a compreensão da contradição inerente ao fazer profissional e a realidade social e propicia a apreensão da coexistência entre hegemonia e contra-hegemonia, reconhecendo a profissão como contribuinte da construção de uma nova hegemonia. (SILVA, 2016, p. 37). Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).

e de massificação da formação tecnicista essas sofrem tensionamentos que podem complexificar a sua materialização. O segundo refere-se à dificuldade em se falar num único desenho de currículo, haja vista os as instituições com aval do MEC constroem seus currículos numa concepção de flexibilização própria do modo de produção atrelada às tecnologias. Assim, na formação existem diferentes currículos, com diferentes perspectivas, isso compromete um perfil profissional crítico orientado pelas Diretrizes da ABEPSS.

É na preocupação com esse desenho de currículo cimentado em um perfil crítico e propositivo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que o MEC, na longa tramitação do processo de sua homologação (1997-2001), descaracterizou o perfil profissional, suprimiu os princípios e conteúdos das matérias indicados para a formação profissional, deixando assim as unidades de ensino sem referência, levando-as a implantar seus currículos conforme suas próprias apreensões. Diante disso, o projeto pedagógico proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), ao ser aprovado pelo MEC, sofre drásticas reduções e simplificações, que passam a comprometer a garantia de uma formação profissional generalista, como perspectiva de totalidade e socialmente referenciada.

Segundo Iamamoto (2014, 617) nas Diretrizes para os Cursos de Serviço Social do MEC/2001 a direção social, os conhecimentos e as habilidades consideradas essenciais ao desempenho do assistente social são descaracterizadas:

Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava '[...] profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social', o que foi retirado e substituído por 'utilização dos recursos da informática.' Na definição das competências e habilidades, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira [...] Também os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades. [...] Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido livre-iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado.

Os tópicos de estudos foram retirados do texto oficial acrescentando-se no seu lugar todas as especialidades. Essa desfiguração da direção crítica significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, nesse sentido, ele passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, em nome da flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, em concordância com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado (IAMAMOTO, 2014).

Corroborar-se com Boschetti (2004, p.24), que o esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é apenas uma simplificação do conteúdo original, mas "[...] expressão de uma política de formação profissional predominantemente preparatória

para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade”.

Nesse sentido, essa política institucional de formação confronta-se com a proposta de formação das diretrizes curriculares da ABEPSS, articulada com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político e em consonância com o código de ética profissional e com a lei de regulamentação da profissão, conformando o direcionamento do projeto ético-político-profissional, comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva da transformação societária.

Portanto, em um contexto de flexibilização do mundo do trabalho e, conseqüentemente, das formas de ensino profissional, o processo de formação do Assistente Social enfrenta muitos desafios, principalmente porque se exalta uma formação profissional aligeirada e técnica para atender as exigências do mercado de trabalho.

No ensino à distância¹¹, por exemplo, a tendência é reduzir à transmissão de conhecimentos ao imediatismo e ao aligeiramento, comprometendo com isso a qualidade da formação, cuja consequência é a precarização e banalização do ensino superior público, pois o interessante do mercado é uma atuação acrítica e naturalizadora, sem questionamento as contradições presente na relação trabalho e capital.

Sendo assim, Iamamoto (2009, p. 43-44) pontua os principais desafios que se apresentam à profissão do Serviço Social, especificamente ao processo de formação: a) A exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e conseqüentes refrações no exercício profissional; b) Rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país; c) A articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais; d) A afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta; e) O cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.

O projeto de formação profissional hegemonicamente defendido pela profissão encontra, com base nos desafios expostos, a oferta de uma formação em paralelo articulada

¹¹ É uma “modalidade de ensino que possibilita ao setor privado uma rápida e lucrativa expansão de matrículas, constituindo-se como importante alternativa a um mercado cujo público consumidor apresenta históricas limitações financeiras” (PEREIRA, 2014, p. 18).

às concepções hegemônicas da lógica neoliberal, de um ensino pragmático, que exclui a apropriação histórico-crítica do conhecimento humano e reifica as bases da reprodução da consciência alienada.

É nesse contexto, que nos anos 1990, a hegemonia teórica e política na profissão passa a ser questionada pelos adeptos do pensamento pós-moderno. Esses questionamentos estão inseridos em uma conjuntura de transformações societárias em curso, com severos abatimentos tanto no plano político-econômico, como no sociocultural. Essas mudanças conjunturais desdobram no Serviço Social, reanimando e reagrupando correntes conservadoras presentes no interior da profissão (CANTALICE, 2017).

Esses extratos conservadores na profissão incorporam a desqualificação ao marxismo e a razão dialética, esvaziando a dimensão ontológica do real e impugnando o humanismo, a dialética, a totalidade, o método e a história. Tem-se, desse modo, uma aliança entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ídeo-político, cuja máxima é a recusa as metanarrativas construídas na modernidade, nesse sentido, sua inflexão prática volta-se para a micro atuação e a culpabilização dos indivíduos (CANTALICE, 2017).

Segundo Mota e Amaral (2014, p. 26-27) o século XXI impõe uma conjuntura contraditória ao Serviço Social. Ao passo que a categoria chega neste marco com um arcabouço crítico institucionalizado, ela passa, também, a sofrer inflexões da “[...] ofensiva neoconservadora a qual reedita traços da vertente de modernização e de reatualização do conservadorismo, em oposição à tendência de ruptura” (NETTO, 1996).

Esses traços da “profissionalidade do Serviço Social, arraigados no seu substrato ídeo-teórico e cultural, perfilam a antimodernidade enquanto um componente propício à influência pós-moderna nessa especialidade do trabalho” (SANTOS, 2007, p.46). Sumariamente, o neoconservadorismo pós-moderno se expressa na formação profissional associada às tendências conservadoras sincréticas e ecléticas.

De acordo com Fonseca (2012, p.146):

A associação entre conservadorismo, sincretismo e sua expressão teórica, o eclétismo, responde aos requisitos que o mundo burguês coloca para as ciências sociais particulares: explicar a sociedade a partir do mascaramento da lógica que alimenta as relações de produção e reprodução social, operando uma cisão das relações sociais, em objetos específicos e particulares. Em relação à estrutura sincrética, a incorporação das teorias sociais, por parte do Serviço Social, foi, muitas vezes, marcada pela ausência de criticidade, quando o que contava era a soma de conhecimentos incorporados sem coerência entre eles. Foi assim à profissão incorporou o pragmatismo e o empiricismo das ciências sociais. [...] O fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, da fragmentação entre teoria e prática, conforme às tendências da pós-modernidade provocam um distanciamento dos paradigmas críticos totalizantes. O retorno do discurso da cultura profissional de que ‘na prática a teoria é outra’, onde o saber-fazer é superdimensionado, alinha-se à ‘razão instrumental’, ao crescente processo de burocratização da vida social presente na base do projeto capitalista e dos aportes teóricos do pensamento pós-moderno. A perspectiva pós-moderna tem se

manifestado na produção teórica do Serviço Social, sob dois aspectos: na revitalização do conservadorismo, via irracionalismo pós-moderno, e na apropriação epistemológica da teoria social crítica tomando a base do seu sincretismo teórico.

O pós-modernismo¹² rechaça qualquer alternativa totalizante à ordem vigente, limita-se, em termos de posicionamentos políticos a resignação/conformismo com a possível vitória histórica do capitalismo, tendo em vista o fim das experiências socialistas. Entre aqueles denominados pós-modernos de contestação, como exemplo, Santos (2008), resumem-se a criticar a ordem vigente sob uma ótica fragmentada com base em múltiplas formas de identidade, negando, assim, a perspectiva totalizante e global (CARCANHOLO; BARUCO, 2017).

Assim, sua relação político-ideológico comunga com os posicionamentos do neoliberalismo, de uma nova era sob o predomínio da globalização comercial e produtiva e da terceira revolução tecnológica, representada pelo o aumento no fluxo internacional de bens e serviços, pela expansão das empresas transnacionais e de suas operações em distintos países, e de uma maior integração e interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira) (CARCANHOLO; BARUCO, 2017).

Trata-se de duas facetas ideológicas e políticas mistificadoras da realidade na fase contemporânea do capitalismo. O elemento comum a ambas é a lógica fetichista do capital combinada de forma dialética “à privatização da vida cotidiana, o culto à identidade micro e aos guetos, com a expansão totalizante e mundializada dos mercados globais” (CARCANHOLO; BARUCO, 2017, p.12). Em síntese, o neoliberalismo é a forma de inserção possível dentro desse novo mundo globalizado/mundializado para a postura pós-moderna.

Nos marcos do ideário de “globalização econômica” e de “sociedade da informação”, com aporte da *internet*, as requisições da ordem hegemônica do capital, inflexionam a política de educação na medida em que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) passam a ser o elemento primordial para construção da “sociedade do conhecimento” conectada por redes.

Essa lógica mercadológica educacional tem como produto estratégico para atualização tecnológica e formação de professores da educação básica e superior, o EAD, no sentido de garantir uma “certificação em larga escala” (a partir da introdução de cursos de

¹² Pós-modernismo representa a convergência de quatro movimentos culturais diferenciados: a) as modificações desenvolvidas no campo das artes durante as últimas décadas, em favor da heterogeneidade de estilos, recorrendo à cultura de massas e, de uma forma bastante específica, ao passado; b) certa corrente de filosofia enquanto expressão conceitual dos temas explorados pelos artistas contemporâneos, conhecida, por alguns, como corrente pós-estruturalista, tendo em sua base o pensamento de Deleuze, Derrida e Foucault, que, embora com diferenças, enfatizaram o caráter fragmentário, heterogêneo e plural da nova realidade; c) essa “nova” arte e filosofia que refletem, de fato, modificações ocorridas no mundo social, englobadas por autores como Daniel Bell e Alain Touraine na categoria de sociedade pós-industrial; d) o pós-marxismo presente em autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe com afirmação de um novo tempo histórico (uma nova era), pautados pelo rechaço à ideia de luta de classes como motor da história e dos trabalhadores como sujeito revolucionário pós-capitalista (CALLINICOS, 1993).

bacharelados nos marcos da diversificação dos cursos, das IES e das fontes de financiamento para ampliação da oferta) (LIMA, 2011).

Sendo assim, os discursos de reformas/mudanças na educação encabeçado pelos grupos mercadológicos educacionais baseiam-se na expansão do ensino como parte integrante de um mundo globalizado na “sociedade pós-industrial” informacional, mediada pela linguagem e as máquinas da informática. Concorde-se com Cantalice (2013, p. 244), que esses discursos são os da “conectividade, acessibilidade e sincronidade” como substitutivos das categorias ontológicas e reflexivas de “explicação da realidade”, operando-se, nesse sentido, o deslocamento da compreensão do mundo a partir da ontologia social para o epistemogismo imaterial.

Trata-se da continuidade do projeto de “decadência ideológica” da burguesia buscando legitimidade científica não mais por meio do saber se este ou aquele teorema está verdadeiro, mas se é funcional ou não ao capital. Em lugar dos abandonos preconceituosos na pesquisa, abre espaço para a má consciência e a premeditação da apologética (LUCKÁCS, 2001).

De acordo com Netto (1996) a ordem burguesa inaugura um período de “decadência ideológica”, operando sobre a reflexão racional de dois condicionantes articulados, mas distintos em sua operacionalização: o primeiro é a estrutura fenomênica, que recobre os processos sociais; e o segundo é a razão analítica, propiciadora da ação instrumental. A primeira tende a ofuscar a socialização da sociedade, a segunda tende a equalizar as relações manipuladoras similares as da ligação sociedade/natureza.

3. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Pode-se afirmar a partir do exposto, que a burguesia “quando enfrenta períodos de estabilidade, de “segurança”, prestigia as orientações fundadas num “racionalismo” formal” (COUTINHO, 2010, p.16), ou em teorias e correntes de pensamento irracionalistas e subjetivistas. Dessa maneira, o Serviço Social não ficou imune a estas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e dos seus intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particulares de modo a torná-los universais, generalizando-os para a toda sociedade. A profissão em meios a essas contradições busca redefinir suas estratégias e táticas para enfrentar “as problemáticas emergentes, seja no plano do exercício, da formação profissional, da produção de conhecimento ou mesmo no plano macrossocial, onde se incluem as articulações com as lutas sociais” (MOTA; AMARAL, 2014, p.25).

Um das suas estratégias tem como defesa a incompatibilidade do ensino à distância (baseado em pensamentos e teorias conservadoras e neoconservadoras pós-moderna) com a formação profissional crítica definida nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social da

ABEPSS (1996). Essa defesa está presente em dois volumes sobre a referida incompatibilidade, bem como nos espaços de organização da categoria, entre eles, nas comissões de formação profissional dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e nos grupos de trabalho da ABEPSS e do CFESS.

Outro momento de defesa de uma formação laica, de qualidade e gratuita envolve a campanha, proibida por decisão judicial de ser divulgada, “Educação Não é *Fast Food*: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”. Encabeçada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em parceria com a ABEPSS, os CRESS’s, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), teve como objetivo denunciar a situação de precarização, mercantilização e financeirização da educação superior no Brasil na modalidade à distância.

Nessa direção, elenca-se o “Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional” com atividades a serem construídas coletivamente entre as entidades em prol do fortalecimento do projeto de formação da ABEPSS, bem como o Projeto ABEPSS Itinerante cujos objetivos versam sobre a construção de espaços para debater com a base o fortalecimento de estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior mediante a difusão dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais (ABEPSS, 2014).

Nesses espaços são retomadas as orientações das Diretrizes Curriculares no sentido de enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, que reduzem à formação a um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional aos interesses do mercado (ABEPSS, 2012). Também é recolada nessas estratégias a importância do rigoroso teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social –, que possibilite à compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social,– por meio da adoção de uma teoria social crítica capaz de apreensão a totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, assim como pelo estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, da relação teoria e realidade, da ética como princípio formativo perpassando a formação curricular desde o estágio e supervisão acadêmica até a atuação profissional (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Esta dinâmica curricular constitui-se enquanto síntese do processo de construção da categoria profissional, possibilitando o revigoramento da formação de assistentes sociais, em consonância com a direção social, ética e política do projeto profissional hegemônico.

Contata-se isso, na pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS sobre o perfil profissional formado pela modalidade à distância. Os resultados da pesquisa foram publicados no volume 1 e 2 do livro intitulado “Incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social”.

Os resultados apontam para um perfil em concordância com o caráter mercantil e com ausência de supervisão acadêmica, quando tem são realizadas à distância ou esporadicamente, sem a supervisão de campo ser diretamente realizada por uma assistente social (o que é uma atribuição privativa da categoria), carga horária dos cursos são mínimas e seguem as orientações das Diretrizes do MEC, lateralizando a carga horária definida pela Política Nacional de Estágio organizada pelos órgãos de representatividade da profissão.

Tais situações fragilizam a formação, tendo em vista que o estágio supervisionado exige atuação do discente, da supervisão de campo e acadêmica. Sem esses três sujeitos a reflexão crítica, sobretudo a relação de aproximação da formação com o exercício profissional fica comprometida. Desse modo, o estágio supervisionado vem sendo em alguns casos garantido sem a efetiva condição de trabalho do supervisor de campo e acadêmico, revelando o descumprimento da legislação em vigor (CFESS, 2014).

Essa desqualificação relaciona-se com a desvalorização profissional, reconfigurando o perfil profissional por meio de uma formação com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político sem a efetiva possibilidade de enfrentar os desafios profissionais e se contrapor ao direcionamento do Estado que mediante as políticas sociais vem conduzindo à ação profissão.

4. REFERÊNCIAS

- ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: Cadernos ABESS, n. 7, São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- _____. Projeto ABEPSS Itinerante: as diretrizes curriculares e o projeto de formação profissional do serviço social. Brasília, DF: ABEPSS, 2014. Disponível em: www.abepss.org.br Acesso em: agost. 2018.
- BARROCO, L. S. Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BOSCHETTI, I. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano 29, n. 94, p. 5-21, 2004.
- CARCANHOLO, Reinaldo. A ATUAL IDEOLOGIA CONSERVADORA E O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA CRÍTICA À TEORIA PÓS-MODERNA NEOLIBERAL, . Disponível em: www.anpec.org.br Acessado em junho de 2017.
- CANTALICE, L. O neoconservadorismo na produção de conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *Temporalis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 32, 2016.
- COUTINHO, C. N. O estruturalismo e a miséria da razão. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Manifesto CFESS, ABEPSS e ENESSO. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br Acesso em: 5 ago. 2017.

- IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. IN: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS, Brasília, 2009.
- _____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.
- KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Conselho Federal de Serviço Social- CFESS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, v.1. Brasília, 2009.
- LIMA, K. A política de educação superior a distância nos anos de neoliberalismo. Perspectiva, Florianópolis, v. 29, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2011v29n1p19>
Acesso em: 6 jun. 2017.
- LUKÁCS, György. El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Barcelona: Grijalbo, 2011.
- MOTA, A. E, AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, A.E, AMARAL, A. (ONG). Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife, Editora da UFPE, 2014.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. Editora: Cortez. São Paulo, ano XVII, n.50, 1996.
- _____. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n.84. São Paulo: Cortez, 2005.
- FONSECA, C, C. Tendências da formação acadêmico-profissional do serviço social no Nordeste 2012, 363 f. Tese. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.
- PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. Temporalis, Brasília, ano XIV, n. 27, jan./jun. 2014.
- SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- YAZBEK, M.C. Os fundamentos históricos e teóricos metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.